

MULHERES DA E NA EJA: UM ESTUDO SOBRE TRAJETÓRIAS, VIOLÊNCIAS E ENFRENTAMENTOS

Maria Cláudia Mota dos Santos Barreto
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
m.claudiabarreto@hotmail.com

Gilvanice Barbosa da Silva Musial
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
gilvanice.musial@ufba.br

INTRODUÇÃO

O presente trabalho consiste em um recorte da pesquisa³⁵ desenvolvida durante o Mestrado Acadêmico em Educação, que aborda as trajetórias de mulheres da e na Educação de Jovens e Adultas/os (EJA) e seus enfrentamentos às situações de violências. O nosso objetivo, neste texto, é apresentar as principais violências vivenciadas pelas mulheres-estudantes e como a EJA e a escola contribuem para os enfrentamentos a essas situações.

O campo da EJA, para Gomes (2011, p. 87), pode ser compreendido no terreno dos “processos, políticas e práticas educacionais voltados para a juventude e para a vida adulta, realizados dentro e fora do contexto escolar” e, conseqüentemente, “um conjunto de práticas, vivências e propostas que lidam diretamente com a construção social, histórica e cultural das categorias de idade”. Vieira e Cruz (2017) sublinham a necessidade de pesquisas que versem sobre a temática da educação da mulher, bem como as diferenças de gênero na EJA, posto que há carência de trabalhos nessa interface. Laffin e Dantas (2015) analisam que são fundamentais mais estudos sobre os referidos temas até então pouco abordados. Nascimento (2018) observa que além da insuficiência de pesquisas sobre o assunto, a escola também não promove discussões sobre as violências contra as mulheres, mas apenas debates isolados e pontuais.

Ainda se fazem necessários mais olhares sobre a persistência das desigualdades de gênero no contexto escolar, como também as investigações que detalham se e como as intersecções entre gênero, classe, raça, geração e outros marcadores configuram impasses para a escolarização do público feminino na sociedade brasileira. Ademais, pontuamos que não são

³⁵ Esta pesquisa contou com o apoio financeiro (bolsa) da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

aparentes na literatura as aproximações e as relações entre a inserção na EJA e um possível enfrentamento das violências sofridas pelas mulheres.

DESENVOLVIMENTO

O contexto desta pesquisa é uma escola pública de ensino fundamental de Salvador-BA, e sua proposta foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da UFBA. Duas estudantes foram convidadas para participar, a partir do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Permanecemos em contato com elas durante dois meses, através de chamadas de voz, mensagens de áudio e de texto enviadas por rede social de mensagens instantâneas, em conformidade com as medidas de distanciamento social preconizadas durante a pandemia da COVID-19. Aplicamos um questionário com dados sociodemográficos, realizamos entrevistas narrativas, seguindo as etapas sugeridas por Jovchelovitch e Bauer (2008), e o diário de campo para o registro das reflexões no decurso da investigação. Empregamos a análise narrativa como inspiração analítica para as informações produzidas e recorremos ao termo informante para designar as participantes do estudo.

As duas mulheres-estudantes são negras, migrantes de localidades rurais do interior da Bahia para a capital do estado e, atualmente, residentes no bairro de Pirajá, desse município. Começaram a laborar como trabalhadoras domésticas ainda na infância, deixando a casa da família de origem para abrigar-se no domicílio da família empregadora. Uma delas, no momento com 62 anos, frequentou a escola quando adolescente, porém houve o afastamento desse ambiente e o retorno com 50 anos de idade. A outra estudante, hoje com 49 anos, não chegou a frequentar a escola na infância e adolescência, matriculando-se apenas na vida adulta. As informantes estão inseridas no Tempo de Aprendizagem (TAP) III do Segmento EJA I.

Não existe casualidade no afastamento da escola pelas/os jovens e adultas/os de origem popular, pois há a reprodução de histórias coletivas (de familiares e de determinados grupos), cuja negação de direitos acontece com recorrência, conforme salienta Arroyo (2005). Quando falamos das/os sujeitas/os da e na EJA, abordamos, indissociavelmente, percursos de pessoas marcadas pelo trabalho infantil e, nos casos em análise, também de privação de coabitar com as suas famílias, ainda na infância, em virtude da saída de casa para o trabalho doméstico em outros domicílios. Desse modo, identificamos a violência estrutural, definida por Minayo (2010, p. 32) como aquela referente “às mais diferentes formas de manutenção das desigualdades sociais, culturais, de gênero, etárias e étnicas que produzem a miséria, a fome, e as várias formas de submissão e exploração de umas pessoas pelas outras”.

Na fala das estudantes, notamos as dificuldades das mulheres que criam suas/seus filhas/os sozinhas/os, as chamadas mães-solo: os homens se isentam da responsabilidade como pais e recaem sobre as mulheres não somente a atividade do cuidado, mas o encargo financeiro com a criação das/os filhas/os. Também percebemos a existência de relações abusivas e violentas, em que ocorrem com recorrência xingamentos, ameaças de agressão física e de morte. Isso nos remete ao conceito de violência de gênero, o qual, de acordo Saffioti (2015, p. 79), inclui considerar que persiste uma “tolerância e [...] incentivo da sociedade para que os homens exerçam sua força-potência dominação contra as mulheres, em detrimento de uma virilidade doce e sensível”.

Outra violência que marca a trajetória de uma das informantes é a policial, através do acontecimento em que foi abordada por policiais ao sair de casa para ir ao domicílio da vizinha, levada para um imóvel abandonado e acusada de tráfico de drogas, ficando detida durante nove dias (na Delegacia e no Complexo Penitenciário). Ela até hoje sofre com os desdobramentos do encarceramento, pois não consegue localizar o seu processo nas instituições vinculadas ao Sistema de Justiça, e retirar a Certidão de Nada Consta, referente aos antecedentes criminais.

A inserção na EJA possibilitou que essas mulheres aprendessem a registrar números de telefone, realizar operações matemáticas e manejar trocas financeiras. Com isso, sentem-se instruídas para lidar com situações que envolvem a utilização de senhas numéricas, sobretudo quando transitam nos espaços que requerem esse entendimento. Além disso, houve o aprendizado acerca de anotações de algumas informações, associado à satisfação de conseguir ler o nome do bairro, quando há a circulação em ambientes de transporte público, o que possibilita não ficar perdida no perímetro urbano.

Entendemos que a decisão de adentrar a escola para estudar, à revelia da subalternidade, subordinação e exclusão a que as mulheres foram e são relegadas, representa um ato subversivo e de resistência às mazelas acumuladas ao longo da vida. É possível observar, por exemplo, a relevância da convivência com as pessoas no ambiente escolar e da ajuda mútua das/os colegas, em que as relações de amizade e companheirismo extrapolam os muros da escola, ao passo que, a partir dela, existe um diálogo em outros espaços. Ademais, para a estudante que vivenciou a violência policial, nos períodos em que se encontra na escola, não permanece “presa” em casa e sentindo-se sozinha. Pelo sentimento de medo e insegurança outrora relatado pela informante, apreendemos que frequentar a escola seja um modo de enfrentamento dos desdobramentos das violências por ela sofridas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Valemo-nos da perspectiva freireana que acredita na “participação crítica e criadora do povo no processo de reinvenção de sua sociedade” (FREIRE, 1989, p. 23). Entretanto, para as estudantes em questão e outras/os sujeitas/os da EJA, essa inserção ainda necessita ser alcançada e consolidada. Identificamos que, no contexto das contradições da estrutura societal capitalista, parece não haver espaço para a instrução e escolarização de mulheres negras, pobres e periféricas. Disso decorre “a impossibilidade de separar o inseparável: a educação da política. Entendemos então, facilmente, não ser possível pensar, sequer, a educação, sem que se esteja atento à questão do poder” (FREIRE, 1989, p. 15-16).

Considerando esses impasses, sugerimos que outros estudos sejam realizados, versando sobre a temática, para auxiliar na compreensão das diferentes violências sofridas pelas estudantes da e na EJA, bem como o modo como se expressam em suas vidas e quais as relações estabelecidas entre tais vivências e a escola. Ponderamos como relevante o desenvolvimento de pesquisas sobre a escolarização de mulheres na EJA durante e após a pandemia, para apreender também os impactos desse período e as possíveis acentuações das situações de vulnerabilidades, condições de violências e desigualdades do acesso e permanência na escola.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. Educação de jovens e adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, L.; GIOVANETTI, M. A.; GOMES, N. L. (Orgs.). **Diálogos na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 19-50.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados, Cortez, 1989.

GOMES, N. L. Educação de Jovens e Adultos e questão racial: algumas reflexões iniciais. In: SOARES, L.; GIOVANETTI, M. A. G. C; GOMES, N. L. (Orgs.). **Diálogos na educação de jovens e adultos**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M. W. Entrevista Narrativa. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (editores). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 7. ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2008, p. 90-113.

LAFFIN, M. H. L. F.; DANTAS, T. R. A pesquisa sobre a EJA na e da Bahia: aproximações e demandas teórico-metodológicas. **Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos**, v. 3, n. 6, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/educajovenseadultos/article/view/2139>. Acesso em: 01 maio 2019.

MINAYO, M. C. S. Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde. In: NJAINE, K.; ASSIS, S. G.; CONSTANTINO, P. (Orgs.). **Impactos da Violência na Saúde**. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, Editora FIOCRUZ, 2010, p. 21-42.

NASCIMENTO, F. B. S. **Educação de Jovens e Adultos e gênero: estratégias de enfrentamento às violências contra a mulher negra no contexto escolar**. 2018. 165 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos) – Departamento de Educação – Campus I, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2018.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero patriarcado violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular - Fundação Perseu Abramo, 2015.

VIEIRA, M. C.; CRUZ, K. N. A produção sobre a educação da mulher na educação de jovens e adultos. **Educação**, Santa Maria, v. 42, n. 1, p. 45-56, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/1984644420116>. Acesso em: 01 maio 2019.